



TRANSPOSIÇÃO DO CONHECIMENTO PARA A AÇÃO POLÍTICA (CPP)

Lições das cidades da América Latina

O conhecimento das relações entre as características dos ambientes urbanos e a saúde pode informar ações para promover a saúde urbana e a equidade em saúde, contribuindo para a sustentabilidade ambiental das cidades. No entanto, a complexidade dos processos de formulação e implementação de políticas públicas e a falta de colaboração entre pesquisadores e formuladores dessas políticas desafiam a compreensão e efetiva transposição do Conhecimento para a ação Política (CpP). Ações concretas podem aperfeiçoar a maneira como a comunidade científica se envolve com os formuladores e gestores de políticas públicas, além de outros atores, com o objetivo de promover a transposição do conhecimento para aplicação nas políticas de saúde urbana.

Principais mensagens para a comunidade científica

- Conduzir pesquisas que são relevantes para às políticas públicas, incluindo avaliações rigorosas das políticas e intervenções existentes ou em implementação.
- Envolver-se com os processos de construção das políticas públicas, atuando em janelas de oportunidade e direcionando a comunicação e a disseminação às questões prioritárias.
- Ajustar o enfoque, o formato, o enquadramento e o cronograma das comunicações para refletir as necessidades e capacidades do público-alvo, se valendo de meios e agentes de comunicação eficazes.
- Construir e manter relacionamentos com lideranças locais, formuladores de políticas e outros atores relevantes para às políticas públicas, e incluir esses atores no desenho, implementação e disseminação das pesquisas científicas.
- Estar ciente dos fatores políticos, econômicos e sociais que influenciam a transposição do conhecimento para à ação política em cada contexto.
- Alavancar prioridades globais, regionais, nacionais e locais para promover ações baseadas em evidências científicas, identificando sinergias sempre que possível.

Este informativo analisa os desafios e as oportunidades relacionadas à transposição do conhecimento para à ação política em saúde urbana na América Latina.

Conhecimento para à ação Política (CpP) em saúde urbana

O que é a transposição do conhecimento para à ação política?

Refere-se aos processos através dos quais o conhecimento formal ou informal pode influenciar informações a formulação de políticas públicas para enfrentar os desafios da sociedade. As ações bem-sucedidas apoiam a aplicação desses conhecimentos nas deliberações do poder público, resultando em políticas públicas efetivas e baseadas em evidências que respondem ao contexto e às prioridades de uma determinada situação. [1]

O CpP é relevante para a saúde urbana? Sim!

Fatores ambientais e sociais interagem com tomadas de decisões complexas e multissetoriais que impactam a saúde nas cidades. A transposição eficaz de conhecimentos para à ação política em saúde urbana abrange diversas frentes de ação para apoiar o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências: criação ou modificação de processos ou estruturas administrativas para melhor conectar os geradores de conhecimento com os formuladores de políticas; monitoramento e ajuste de políticas ou intervenções existentes; e/ou ampliação de programas eficazes. [2, 3] O transposição do CpP pode apoiar a tomada de decisões por atores governamentais e não governamentais, no campo da saúde e em outros setores, sendo fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros compromissos regionais e globais. [4]



Que obstáculos existem na América Latina e em outros lugares para à transposição do CpP? [5,6]



Barreiras relacionadas à produção de conhecimento, incluindo falta de entendimento, capacidade, estrutura e suporte financeiro para apoiar pesquisas relevantes objetivando avaliar as políticas públicas; desalinhamento dos ciclos de pesquisa e das políticas; experiência, em geral, limitada entre os pesquisadores no envolvimento com os formuladores e gestores de políticas públicas.



Barreiras relacionadas à formulação de políticas públicas, incluindo incentivos concorrentes (por exemplo, interesses paralelos ou especiais, percepção do público, ciclos eleitorais ou instabilidade política e/ou econômica) ou falta de capacidade técnica para interpretar e aplicar os resultados da pesquisa.



Barreiras relacionadas à comunicação, incluindo formatação inadequada de resultados de pesquisa para o uso em políticas, foco inconsistente com as agendas de políticas públicas ou processos que não levam em conta os ciclos temporais das políticas públicas; falta de formação de profissionais na área.



Barreiras relacionadas a vínculos entre pesquisa e políticas públicas, incluindo a falta de estruturas ou mecanismos efetivos de coprodução ou comunicação sustentada entre pesquisadores e formuladores de políticas, o que pode levar a oportunidades perdidas ou até desconfiança mútua.



Barreiras relacionadas às ações de outras partes interessadas, incluindo ideias concorrentes e incentivos desalinhados, falta de engajamento, ausência de agentes de comunicação ou outros intermediários adequados, ou uso ineficaz da mídia.



Saúde: Um estado de completo bem-estar físico, social e mental, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. [7]



Saúde urbana: A saúde e o bem-estar das pessoas que vivem nas cidades e áreas urbanas, influenciados por múltiplas características dos ambientes social e construído e por políticas relacionadas à ocupação e planejamento territorial, transporte, moradia, emprego e renda, educação, energia, água e saneamento além de outros setores. [8]



Determinantes sociais da saúde: As condições diárias em que as pessoas crescem, vivem e trabalham, e as estruturas, sistemas, políticas e processos sociais e econômicos que afetam a saúde das pessoas ao longo de suas vidas.



Determinantes da saúde urbana: As características dos ambientes sociais e físicos e as políticas que influenciam a saúde em uma cidade ou área urbana.



Atores do conhecimento: indivíduo e/ou grupo/organização que atua como intermediário entre produtores de conhecimento (por exemplo, pesquisadores) e usuários (por exemplo, formuladores de políticas). [9]



Produção de conhecimento: O conhecimento é produzido por processos formais (projetados) ou informais (experenciais) e passa por síntese e interpretação contínuas. [10]



Agenda política: O conjunto de ações e questões em consideração pelos formuladores de políticas públicas. As agendas políticas raramente são determinadas pela quantidade ou qualidade do conhecimento disponível, mas são influenciadas por incidentes críticos, ativismo da sociedade civil, propostas de empreendedores políticos e decisões dos líderes políticos em defender questões específicas. [11]



Processos de políticas públicas: As políticas são criadas através de processos interativos de negociação entre diversos níveis de formuladores de políticas e outras partes interessadas.



Janelas de oportunidades: Momentos no tempo que representam oportunidades importantes quando os processos de tradução de conhecimentos podem influenciar as agendas políticas. As janelas podem surgir de eventos importantes, renovações orçamentárias, crises governamentais, acordos internacionais ou exercícios de definição de prioridades, entre outros. [11]

A transposição do Conhecimento para à ação Política: O processo

A **Figura 1** é uma representação simplificada do processo de transposição do Conhecimento para à ação Política (CpP). O **conhecimento** é produzido, sintetizado e organizado através de processos formais e informais. A **formulação da política pública** resulta das interações dos formuladores de políticas entre si e com outras partes interessadas. Os **vínculos** entre produtores de conhecimento e formuladores de políticas permitem que o conhecimento informe políticas e vice-versa. Os ciclos e os formatos da **comunicação** atuam como um filtro, determinando qual conhecimento está disponível para os formuladores de políticas e até que ponto esse conhecimento é interpretado e aplicado com precisão. Os processos de conhecimento e políticas ocorrem dentro de um contexto social mais amplo de relações entre muitos grupos de **partes interessadas**, cada um dos quais produzem y aplicam conhecimentos de maneiras diferentes, e cada um deles com o potencial de influenciar a formulação de políticas. A **Tabela 1** lista cinco áreas principais possíveis de intervenção, baseando-se nessa estrutura básica.



Figura 1. Transposição do Conhecimento para à ação Política (CpP)

A transposição do Conhecimento para à ação Política: O processo

Tabela 1. Áreas estratégicas de ação para promover e facilitar a transposição do conhecimento para à ação política

<i>Símbolo</i>	<i>Áreas estratégicas de ação</i>	<i>Descrição</i>
	Produção de conhecimento	Ações e estratégias para afetar a relevância, a acessibilidade e a aplicabilidade do conhecimento para à formulação de políticas.
	Formulação de políticas públicas	Ações que modificam as capacidades, incentivos ou obrigações dos formuladores de políticas públicas de maneira que os tornem mais propensos a buscar, processar e aplicar o conhecimento de maneira eficaz.
	Vínculos entre políticas públicas e conhecimentos	Intervenções que criam ou fortalecem conexões explícitas entre produtores de conhecimento e formuladores de políticas, incluindo estruturas ou processos legais, administrativos ou regulatórios que apoiam a coprodução e a implementação conjunta de pesquisas.
	Comunicação	Intervenções que otimizam as características, técnicas e prazos de comunicação para melhorar a relevância, acessibilidade, recepção e aplicação do conhecimento produzido.
	Outras partes interessadas da sociedade	Intervenções e estratégias que se aproveitam das capacidades e a influências de outras partes interessadas para fortalecer a aplicação do conhecimento em políticas públicas.

O Projeto SALURBAL e as avaliações de políticas públicas

Uma maneira importante do Projeto SALURBAL atua na melhoria dos processos de transposição do conhecimento para à ação política é apoiando avaliações de políticas locais, com o objetivo de documentar e entender melhor os impactos delas na saúde urbana. Esses esforços respondem à demanda dos formuladores de políticas por avaliações concretas de políticas existentes e emergentes, estabelecem vínculos diretos entre pesquisadores e agentes locais e estruturam e comunicam resultados direcionados ao público-alvo dessas políticas, a fim de informar futuras políticas e intervenções para a saúde urbana.

TransMiCable Bogotá, Colômbia

Os teleféricos são um meio de transporte econômico e que oferece conectividade para os assentamentos informais isolados nos ‘morros’, comuns nas cidades latino-americanas. Desde dezembro de 2018, o sistema de teleférico TransMiCable conecta o bairro periférico de baixa renda de Ciudad Bolivar ao centro de Bogotá.

Os pesquisadores SALURBAL desenvolveram um plano de avaliação com parceiros locais e realizaram mais de 2.000 entrevistas como linha de base. Usando questionários, acelerômetros e aplicativos celulares, a equipe de pesquisa está examinando como a intervenção e as melhorias urbanas associadas afetam uma variedade de determinantes e indicadores de saúde, incluindo acessibilidade no transporte, padrões de viagem, atividade física, doenças respiratórias, coesão social, homicídios e qualidade de vida auto reportada.

Os resultados podem esclarecer os impactos específicos à saúde de intervenções de transporte não tradicionais, uma parte importante da agenda de políticas urbanas da América Latina. A parceria com os formuladores de políticas locais durante essa janela de oportunidade aumenta a probabilidade de que o conhecimento adquirido informe efetivamente a política e o desenvolvimento de transportes em Bogotá e em outros lugares.

Instituição de pesquisa parceira:

Universidad de los Andes

Parceiros na implementação da política:

Transmilenio, Prefeitura de Bogotá



O Projeto SALURBAL e as avaliações de políticas públicas

Programa de Regeneração de Complexos Habitacionais Santiago y Valparaíso, Chile

O Programa de Regeneração de Complexos Habitacionais do Ministério da Habitação e Planejamento Urbano do Chile trabalha para melhorar as condições de habitação social e os ambientes sociais e construídos ao redor. Embora se espere que essas intervenções melhorem a qualidade de vida dos habitantes, pouco se sabe sobre seus impactos específicos na saúde.

Os pesquisadores SALURBAL estão trabalhando com a comunidade local e os parceiros governamentais para avaliar a saúde geral, as condições respiratórias e a saúde mental, bem como as condições de moradia e vizinhança, na linha de base e durante um período de três anos (2018-2021), além de desenvolver conhecimentos que podem apoiar o desenho de futuras políticas.

A equipe de pesquisa enfrentou desafios relacionados ao alinhamento de cronogramas de investigação com a implementação das políticas públicas e ao estabelecimento e manutenção da confiança com parceiros locais para garantir a continuidade da coleta de dados ao longo do tempo.

Instituição de pesquisa parceira:

Pontificia Universidad Católica de Chile

Parceiros na implementação da política:

Ministerio de Vivienda y Urbanismo de Chile



Instituição de pesquisa parceira: Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP)

Parceiros:

Organizações da sociedade civil (Céntrico, ITDP)



Vision Zero Mexico City, Mexico

As colisões no trânsito são uma das três principais causas de morte entre crianças e adolescentes no México. [12] Implementada pela primeira vez em 2015, a estratégia Vision Zero tenta de reduzir lesões e mortes relacionadas ao trânsito, aplicando limites de velocidade mais rígidos. Embora a resistência pública e privada aos regulamentos tenha citado o argumento de que o tráfego mais lento aumenta a poluição do ar, avaliações formais não foram realizadas e é necessário entender melhor os benefícios potenciais e as consequências não intencionais dessa política de saúde e bem-estar.

Os pesquisadores SALURBAL estão avaliando a eficácia e os impactos dos novos limites de velocidade e sua aplicação, monitorando as taxas de acidentes, mortes e poluição do ar. Os resultados deste estudo fornecerão uma importante base de conhecimento para informar políticas e intervenções futuras semelhantes.

Este estudo também informará a população em geral, estimulando a opinião pública orientando sua influência sobre os formuladores de políticas públicas, além de facilitar a aplicação de conhecimento científico para a implementação de medidas efetivas de políticas de saúde urbana.



Outras atividades SALURBAL na transposição do conhecimento para à ação política

O objetivo 4 do projeto SALURBAL busca o apoio da comunidade científica, dos formuladores de políticas, do setor privado, da sociedade civil e do público para divulgar os novos conhecimentos e apoiar sua tradução em políticas e intervenções visando a construção de cidades mais saudáveis, mais justas e mais sustentáveis. Atividades específicas são projetadas para estreitar as lacunas entre pesquisa, políticas públicas e prática e promover o desenho compartilhado e a implementação das pesquisas.

O Grupo de Políticas (Policy Group) se dedica a identificar grupos de atores para os quais os resultados do projeto têm uma relevância particular, incorporar esses grupos nos processos de pesquisa e avaliação, além de desenvolver resultados e comunicações direcionados. São promovidas oficinas com as partes interessadas e eventos que buscam envolver esses atores, em paralelo às reuniões semestrais do projeto e aos Fóruns do Conhecimento às Políticas Públicas. Estes envolvem atores locais e regionais para disseminar os resultados do projeto e produzir coletivamente estratégias para colocar a saúde urbana na agenda de tomada de decisões em setores e escalas.

Do conhecimento à ação política para a saúde urbana em América Latina: estudos de casos regionais

Novo Modelo de Saúde Urbana de El Salvador *El Salvador*

Parceiros de pesquisa:

Conselho Internacional de Ciência:
Escritório Regional para a América
Latina e o Caribe (ISC-ROLAC)

Parceiros nas políticas públicas:

Ministério de Saúde Pública de El
Salvador (MINSAL)



O **Novo Modelo de Saúde Urbana de El Salvador** foi lançado em 2018 para permitir que pesquisadores e agências governamentais analisem em conjunto os programas existentes, identifiquem lacunas e abordem os principais desafios relacionados à saúde urbana. O Modelo envolveu a criação de um novo Grupo de Trabalho Interdisciplinar e Interministerial de Saúde Urbana no contexto da reforma nacional da saúde, que **busca fortalecer os vínculos diretos entre produtores de conhecimento e formuladores de políticas**, garantindo que cada grupo entenda e possa melhor responder às necessidades e prioridades do outro.



Do conhecimento à ação política para à saúde urbana em América Latina: estudos de casos regionais

Movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis Regional

Parceiros de pesquisa:

Organização Pan-Americana (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS)

Parceiros nas políticas públicas:

Autoridades locais em toda a América Latina



O **Movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (HMCCM)** conecta os governos municipais aos representantes da OPAS e da OMS para conscientizar as autoridades locais sobre as implicações das ações do setor público para a saúde. O Movimento capacita os atores públicos a aplicarem uma abordagem de saúde em todas as políticas e incentiva o desenvolvimento de estratégias e compromissos para priorizar e melhorar a saúde. Ao fortalecer a **capacidade dos formuladores de políticas de buscar e aplicar conhecimento** para abordar efetivamente as questões de saúde urbana, o HMCCM apoia a incorporação de evidências de saúde nos processos de planejamento e tomada de decisões municipais.



Ciclovía recreativa e Recreovía Bogotá, Colômbia

Parceiros de pesquisa:

Organização Pan-Americana (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS)

Parceiros nas políticas públicas:

Instituto Distrital de Recreação e Esportes



Desde 1974, a Ciclovía de Bogotá oferece um espaço semanal para recreação, atividade física, lazer e interação social, hoje com 120 km de extensão e incorporando o programa Recreovía, que oferece aulas de ginástica e pontos de verificação de saúde. Sustentado por fundos públicos e privados e colaboração multissetorial e multi-institucional, o programa foi oficialmente incorporado a vários planos de desenvolvimento nacionais e municipais. Historicamente, o programa tem sido confrontado com um apoio financeiro e político vacilante, e o sucesso contínuo se baseia em uma combinação de **ativismo público e na comunicação oportuna e eficaz de conhecimento aos formuladores de políticas** sobre a saúde e outros benefícios fornecidos pelo programa.

Do conhecimento à ação política para a saúde urbana em América Latina: estudos de casos regionais

Imposto sobre bebidas açucaradas México

Parceiros de pesquisa:
Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP)

Parceiros nas políticas públicas:
Governo Nacional do México



Em 2014, as autoridades mexicanas implementaram um imposto especial de consumo sobre todas as bebidas açucaradas não alcoólicas, reforçado pela **comunicação oportuna de conhecimento científico convincente** sobre o papel desse tipo de bebida no consumo excessivo de açúcar adicionado. [13] Em 2015, as compras de dessas bebidas com o tributo acrescido diminuíram em média 7,63%, [14] e espera-se que o imposto produza mudanças nos desfechos de saúde, como obesidade e diabetes. [15] Nesse contexto, a comunidade de pesquisa continuará a desempenhar um papel crítico no desenvolvimento de avaliações objetivas da eficácia dessa política ao longo do tempo e no apoio ao desenvolvimento de outras políticas baseadas no conhecimento para lidar com a obesidade no país e em toda a região.



Crédito: Lorena Flores Agüero

Nem uma a menos Regional

Ações através de outras partes interessadas

Movimento da sociedade civil e protesto nas mídias sociais



O movimento Ni Una Menos surgiu na Argentina em 2015 como um protesto popular contra a violência contra às mulheres e resultou em protestos e greves organizados em massa na América Latina. Alimentado em grande parte por campanhas de mídia social, o movimento aumentou a conscientização do público sobre a saúde das mulheres, pressionou as agendas políticas em toda a região, motivou novas pesquisas e coleta de dados nessa área e o estabelecimento de novos grupos de trabalho e observatórios, [16] além de gerar um ambiente no qual pesquisas relevantes podem ter um impacto muito maior. [17] Ni Una Menos ilustra os possíveis **impactos da ação pública na produção de conhecimento e nas respostas de políticas** para abordar questões de saúde pública.

Recomendações para melhorar a transposição do conhecimento para à ação política em saúde urbana [18,19]



- Projetar pesquisas orientadas para o impacto em políticas públicas
- Priorizar avaliações de políticas, incluindo análises de custo-benefício, custo-benefício e outras pesquisas aplicadas
- Utilizar a oportunidade de experiências de políticas em curso
- Identificar resultados inesperados e indesejados de intervenções com o objetivo de orientar o desenvolvimento de medidas de mitigação
- Consultar formuladores e gestores de políticas a fim de identificar problemas críticos e as ferramentas e informações necessárias para abordá-los
- Identificar e enfatizar sinergias entre pesquisa e agendas de políticas nacionais, regionais e globais
- Integrar o conhecimento local na pesquisa



- Garantir que a comunidade científica tenha oportunidades regulares de contribuição na formulação de políticas públicas
- Associar-se à comunidade científica com antecedência para construir avaliações rigorosas e garantir a avaliação dos impactos das políticas após sua implementação
- Capacitar formuladores e gestores de políticas para buscar, receber e interpretar evidências científicas



- Acompanhar debates e agendas políticas para identificar janelas de oportunidade dentro das quais as evidências científicas podem ter maiores impactos
- Apresentar resultados relevantes para os formuladores de políticas públicas, enfatizando as principais mensagens e recomendações
- Ajustar o foco, formato, enquadramento e tempo dos materiais de comunicação às necessidades e capacidades do público-alvo
- Identificar e explorar os principais atores, ferramentas e vias de comunicação
- Considerar fatores políticos, econômicos e sociais que facilitam ou dificultam a tradução de conhecimento em políticas públicas



- Estabelecer e cultivar relacionamentos e confiança com os formuladores de políticas, disponibilizando o conhecimento científico para ser apropriado e utilizado quando necessário
- Identificar oportunidades de coprodução de conhecimentos entre pesquisadores e formuladores de políticas
- Fortalecer e criar novas estruturas ou mecanismos que promovam a comunicação direta entre pesquisadores e formuladores de políticas (por exemplo, conselhos consultivos, grupos de trabalho, eventos de engajamento entre comunidade científica e política)



- Identificar e construir relacionamentos com os principais atores dentro e fora da comunidade política
- Incorporar agentes profissionais e meios adequados para coordenar efetivamente a transposição do conhecimento para à ação política
- Construir e manter relacionamentos com as “lideranças” locais
- Compreender as posições, incentivos, metas e restrições de outras partes interessadas não acadêmicas

Fórum “Do Conhecimento à Ação Política” da SALURBAL 2018

O primeiro Fórum “Do Conhecimento à Ação Política” da SALURBAL foi realizado em novembro de 2018 na Cidade do México. A reunião de dois dias reuniu 22 atores políticos de diversas organizações internacionais e 11 pesquisadores SALURBAL. As instituições participantes abrangem vários setores e escalas. Os resultados do fórum levaram a um conjunto de recomendações para o projeto e outros esforços de pesquisa em saúde urbana em toda a região, que subsidiaram a elaboração deste documento, bem como estratégias SALURBAL para melhorar a tradução da pesquisa e o engajamento das mesmas em políticas públicas e ação política.



Referências

1. Pellini, A. The elusive search for a knowledge to policy framework. Research to Action (2015). Disponível em: <http://www.researchtoaction.org/2015/11/the-elusive-search-for-a-knowledge-to-policy-framework/>.
2. Salicrup, L. A., Cuervo, L. G., Jiménez, R. C., Salgado de Snyder, N. & Becerra-Posada, F. Advancing health research through research governance. *BMJ* 362, 2018.
3. Tran, N. et al. Embedding research to improve program implementation in Latin America and the Caribbean. *Rev. Panam. Salud Publica* 41, e75, 2017.
4. Dumitriu, P. “Knowledge management in the United Nations system.” Geneva, Switzerland: United Nations Joint Inspection Unit, 2016.
5. Caiiffa, W. T., Friche, A. A. L., Dias, M. A. S., Meireles, A. L., Ignacio, C. F., Prasad, A., & Kano, M. Developing a conceptual framework of urban health observatories toward integrating research and evidence into urban policy for health and health equity. *Journal of Urban Health*, 91(1), 1-16, 2014.
6. Rabadán-Diehl, C. Linking Evidence to Policy in Latin America. *Science & Diplomacy*, June 2017.
7. World Health Organization (WHO). 1948. Constitution of the World Health Organization. Geneva, Switzerland.
8. Diez Roux et al. 2019. A Novel International Partnership for Actionable Evidence on Urban Health in Latin America: LAC-Urban Health and SALURBAL. *Global Challenges*, 3(4). <https://doi.org/10.1002/gch2.201800013>.
9. Lomas J. The in-between world of knowledge brokering. *BMJ (Clinical research ed.)*, 334(7585), 129-32, 2007.
10. Jones, H., et al. “Knowledge, policy and power in international development: a practical framework for improving policy.” London: ODI, 2013.
11. Lindquist, E. A. Discerning policy influence: Framework for a strategic evaluation of IDRC-supported research, 2001.
12. Secretaría de Salud de México / STCONAPRA, 2016.
13. Sánchez-Pimentá, Tania G., et al. “Sugar-sweetened beverages are the main sources of added sugar intake in the Mexican population.” *The Journal of nutrition* 146.9: 1888S-1896S, 2016.
14. Colchero, M. Arantxa, et al. “In Mexico, evidence of sustained consumer response two years after implementing a sugar-sweetened beverage tax.” *Health Affairs* 36.3: 564-571, 2017.
15. Barrientos-Gutiérrez, T., et al. “Expected population weight and diabetes impact of the 1-peso-per-litre tax to sugar sweetened beverages in Mexico.” *PLoS one* 12.5 (2017): e0176336, 2017.
16. Heather A. Ella se mueve segura. Un estudio sobre la seguridad personal de las mujeres y el transporte público en tres ciudades de América Latina. Caracas: CAF y FIA Foundation, 2019. Obtenido de <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1405>
17. Simonovic, D. Ni Una Menos movement is ahead of the problem. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 2016.
18. Mayne, R., Green, D., Guijt, I., Walsh, M., English, R., & Cairney, P. Using evidence to influence policy: Oxfam’s experience. Palgrave Communications, 4(1), 122, 2018.
19. Sallis, J. F., Bull, F., Burdett, R., Frank, L. D., Griffiths, P., Giles-Corti, B., & Stevenson, M. Use of science to guide city planning policy and practice: how to achieve healthy and sustainable future cities. *The Lancet*, 388(10062), 2936-2947, 2016.

Este informativo foi escrito por: Katy Indvik¹, José Siri², Fatima Ghani², Olga Lucia Sarmiento³, Tonatiuh Barrientos Gutiérrez⁴, Francisco Diez Canseco⁵, Jaime Miranda⁵, Alejandra Vives⁶, Andrea Cortinez⁶, Daniel Rodriguez⁷, Waleska Caiiffa⁸, Usama Bilal¹, Manuel Ramirez-Zea⁹, Hugo Spinelli¹⁰, Adriana Lein¹, Claire Slesinski¹ e Ana Diez Roux¹.

Desenho gráfico: Andrea Bolinaga¹ e Sarah Greer¹.

Tradução para o português: Lídia Maria de Oliveira Morais⁸, Solimar Carnavalli Rocha⁸, Waleska Teixeira Caiiffa⁸.

1. Drexel University, USA
2. The United Nations University International Institute for Global Health, Kuala Lumpur, Malaysia
3. Universidad de los Andes, Colombia
4. Instituto Nacional de Salud Pública, Mexico
5. Universidad Peruana Cayetano Heredia, Peru
6. Universidad Católica de Chile
7. University of California, Berkeley, USA
8. Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil
9. Instituto de Nutrición de Centro América y Panamá, Guatemala
10. Instituto de Salud Colectiva, Universidad Nacional de Lanús, Argentina



O Projeto Saúde Urbana na América Latina (SALURBAL), é um projeto de cinco anos que estuda como os ambientes urbanos e as políticas urbanas impactam a saúde dos moradores das cidades em toda a América Latina. As descobertas do SALURBAL informam políticas públicas e intervenções com o intuito de criar cidades mais saudáveis, mais justas e mais sustentáveis em todo o mundo. O Projeto SALURBAL é financiado pela fundação Wellcome Trust.

A Rede de Saúde Urbana para a América Latina e o Caribe (LAC-Urban Health) busca promover a colaboração regional e multissetorial para gerar evidências relacionadas aos determinantes de saúde e de equidade em saúde e traduzir essa evidência em políticas para melhorar a saúde em cidades da América Latina e do Caribe.

Para saber mais sobre a LAC-Urban Health e o Projeto SALURBAL

www.lacurbanhealth.org

Redes: @lacurbanhealth   

lacurbanhealth@drexel.edu